

A INTERTEXTUALIDADE NA CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA DO ARTIGO DE OPINIÃO

INTERTEXTUALITY ARGUMENTATIVE IN CONSTRUCTION ARTICLE OF OPINION

Eliane Pereira dos Santos¹

Resumo: *Partindo do princípio dialógico de Bakhtin, segundo o qual todo enunciado mantém relação de diálogo com outros enunciados, estendemos essa concepção ao texto, compreendendo que esse diálogo se dá a partir de propósitos comunicativos pré-estabelecidos. Assim, consideramos que, mesmo no caso da intertextualidade stricto sensu, não há apenas uma inclusão de um texto em outro, mas uma interação entre eles. De modo que não se pode negligenciar, durante o processo de leitura, a intertextualidade como resultante de um processo de construção de sentido do texto. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a importância da intertextualidade stricto sensu na construção argumentativa do artigo de opinião. Partimos da hipótese de que o resgate do intertexto é condição fundamental para a construção dos sentidos desse gênero, particularmente no que tange aos seus propósitos discursivos. Usamos como embasamento teórico Koch; Bentes; Cavalcante (2008); Koch (1998); Rodrigues (2005); Ducrot (1987), dentre outros. Com a análise de dois artigos de opinião, foi possível perceber que o autor recorre ao intertexto com o intuito de contraditá-lo ou aceitá-lo como semelhante ao seu ponto de vista. Em ambos os casos, há o propósito argumentativo de convencer o leitor a aderir à ideia defendida nos respectivos artigos de opinião.*

Palavras-chave: Intertextualidade; Artigo de opinião; Argumentação.

Abstract: *Assuming dialogic Bakhtin, whereby every statement maintains relationship of dialogue with other utterances, we extend this concept to the text, understanding that this dialogue takes place from pre-established communicative purposes. Thus, we consider that even in the case of intertextuality strict sense there is only one inclusion of a text in another, but an interaction between them. So that can not be neglected during the reading process, intertextuality as resulting from a process of constructing meaning of the text. In this context, this article aims to analyze the importance of intertextuality in constructing strictly argumentative opinion article. The assumption is that the rescue of the intertext is a fundamental condition for the construction of this kind of sense, particularly with respect to its discursive purposes. We use as theoretical Koch; Bentes; Cavalcante (2008), Koch (1998), Rodrigues (2005); Ducrot (1987), among others. With the analysis of two opinion articles, it was revealed that the author resorts to in order to intertext contradicted it or accept it as similar to your point of view. In both cases there is the argumentative purpose of convincing the reader to join the idea advocated in their opinion pieces.*

Keywords: Intertextuality; Opinion articles; Argument.

1 Introdução

O estudo da intertextualidade tem adquirido grande destaque no âmbito dos estudos linguísticos, desde a década de 60, quando a francesa Julia Kristeva, a partir do conceito de dialogismo bakhitiniano, cunhou o termo intertextualidade. Segundo Koch, Bentes e

¹ Mestra em Linguística na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Parnaíba, Brasil, e-mail: enaile.san@hotmail.com

Cavalcante (2008), a intertextualidade quando tomada em sentido amplo, ou seja, para estabelecer qualquer relação de diálogo entre um texto e outro, sem necessariamente haver a materialização do intertexto, classifica-se como sendo intertextualidade *lato sensu*, enquanto aquela em que o intertexto se materializa no outro texto, é chamada de intertextualidade *stricto sensu*.

Para o alcance do objetivo deste trabalho, que é analisar a importância da intertextualidade *stricto sensu* na construção argumentativa do artigo de opinião, tratamos do conceito de intertextualidade numa perspectiva sócio-interacionista, compreendendo essa abordagem a partir de uma visão que contemple o funcionamento real da linguagem.

Adotamos, neste artigo, uma concepção funcional da intertextualidade *stricto sensu*, admitindo que mesmo essa intertextualidade que se constitui pela materialização de um texto em outro não se reduz a uma estrutura formal, pois surge a partir de propósitos comunicativos definidos, como é o caso da argumentação.

Dessa forma, tendo em vista aspectos funcionais e argumentativos da intertextualidade *stricto sensu*, analisamos alguns exemplares de artigos de opinião retirados da internet e da revista Veja, que tratam da polêmica gerada em torno da adoção de um livro didático aprovado pelo MEC para o Ensino Fundamental, tido como adequado por alguns e inadequado por outros. Verificamos a importância dos intertextos para a construção de argumentos, e como esses intertextos são manipulados pelo autor que visa à defesa de um ponto de vista, transformando o texto em espaço de luta discursiva.

2 A intertextualidade *stricto sensu*

Inicialmente, para tratarmos do termo intertextualidade, se faz necessário enfatizar que esse termo possui uma relação de simetria e inclusão com o conceito de dialogismo de Bakhtin (2006, p. 272) que assevera: “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”. O mesmo autor ainda afirma que não existem textos puros, pois todo texto parte de outro já existente. O termo intertextualidade é mais específico, haja vista que é tomado como um subconjunto desse conceito de dialogismo que, em sentido amplo, considera não apenas a relação entre diferentes textos, mas também o cruzamento de diferentes vozes que não remetem a um intertexto particular, como acontece na intertextualidade *stricto sensu*.

Koch (1998) considera que a intertextualidade em sentido amplo é uma condição necessária para a existência de qualquer discurso. Assim, a autora assume o ponto de vista de

que o texto é perpassado por diferentes vozes sociais, que se confrontam a partir de relações intertextuais de convergências e dissonâncias que constroem a argumentação do discurso, mantendo uma relação de semelhança com o pensamento de Ducrot (1987) de que a linguagem é, em sua essência, argumentativa.

Ao estudarmos a intertextualidade, não podemos esquecer de que, ao longo do tempo, o termo texto adquiriu diferentes conceitos que o integram a diferentes abordagens. Centraremos a nossa atenção na concepção de texto numa perspectiva sócio-interacionista, na qual o texto não é tido como produto acabado em si mesmo, mas como resultado do processo de interação entre locutor e interlocutor em uma dada situação comunicativa. Conforme reforçam Koch e Elias (2008, p. 12),

O lugar mesmo de interação é o texto cujo sentido “não está lá”, mas é construído, considerando-se, para tanto, as “sinalizações” textuais dadas pelo autor e os conhecimentos do leitor, que, durante todo o processo de leitura, deve assumir uma atitude “responsiva ativa”.

Assim sendo, Koch, Bentes e Cavalcante (2008) classificam a intertextualidade *stricto sensu* em quatro tipos: temática, estilística, explícita e implícita. As próprias autoras chamam atenção para o fato de que essa divisão não significa que um enunciado ou texto se constitua apenas a partir de um deles, pois podem ser utilizados simultaneamente em um mesmo texto, assim como em um mesmo enunciado a incorporação de um único intertexto pode gerar diferentes tipos de intertextualidade. Passemos à definição e exemplificação de cada um desses tipos.

2.1 Intertextualidade temática

Segundo as referidas autoras, esse primeiro tipo é definido como a relação de diálogo que dois ou mais textos mantêm entre si, compartilhando um mesmo tema, embora com acento valorativo diferente, uma vez que à medida que um texto é tomado dialogicamente por outro, devido à nova situação comunicativa no qual é usado, passa a atender a novos objetivos e a construir novos sentidos. Podemos perceber esse tipo de intertextualidade em diferentes esferas comunicativas: na jornalística, por exemplo, é comum um ato polêmico ou de grandes proporções trágicas ser noticiado e comentado por muitos veículos de comunicação e em diferentes gêneros. Percebe-se, nesse contexto da intertextualidade temática, uma relação de

conteúdo entre os diferentes textos que se relacionam, de modo que um passa a ser motivo para o surgimento de outros.

Vale enfatizar que essa relação temática entre diferentes textos ocorre a partir de apreciações ideológicas que manifestam propósitos comunicativos que se materializam na estrutura textual. O autor pode recorrer à intertextualidade temática, utilizando um intertexto com intuito argumentativo. Nos artigos de opinião, como demonstraremos em nossas análises, esse tipo de intertextualidade é um processo muito recorrente, uma vez que a argumentação só se faz necessária quando se tem, pelo menos, a possibilidade de existência de pontos de vista diferentes sobre um mesmo conteúdo, o que acaba motivando a incorporação de um texto em outro para tratar daquele mesmo assunto numa relação de semelhança ou diferença, na qual um autor procura convencer o leitor a partir do posicionamento que aquele assume perante o fato ou assunto discutido.

2.2 Intertextualidade estilística

Koch, Bentes e Cavalcante (2008) consideram que a intertextualidade estilística se constitui essencialmente na forma, mas também veicula um conteúdo, mantendo assim uma sintonia com o pensamento de Bakhtin (2006), segundo o qual toda forma emoldura apreciações valorativas, ou seja, até mesmo a forma composicional de um gênero tem um aspecto funcional. O fato de o autor recorrer a um determinado intertexto, já encerra uma intencionalidade. Como exemplo de intertextualidade estilística, podemos apontar vários textos que utilizam como intertexto a oração do Pai-Nosso, como a oração dos programadores citada por Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p. 19):

Texto I

Sistema operacional que estais na memória,
 Compilado seja o vosso programa,
 Venham à tela os vossos comandos,
 Seja executada a nossa rotina,
Assim na memória como na impressora.
 Acerto nosso de cada dia, rodai hoje
 Informai os nossos erros,
Assim como nós informamos o que está corrigido.
 Não nos deixei cair em looping,
 Mas livrai-nos do Dump,
 Amém.

Os textos citados se assemelham estilisticamente. O segundo se constrói a partir de uma relação de aceitação de forma e estilo do primeiro, mas embora possuam conteúdos diferentes, os dois se concretizam com o intuito comunicativo que se configura numa prece. Como podemos observar, não seria qualquer intertexto que resultaria no mesmo efeito obtido. O autor, ao recorrer à oração Pai-Nosso, leva em conta a força argumentativa que tem esse texto sobre o leitor, o fato de ele fazer parte da memória discursiva deste, além da possibilidade de adequar o conteúdo do segundo texto ao estilo rítmico do primeiro, ou seja, existe uma série de fatores que influenciam a intertextualidade estilística, portanto, a forma não é selecionada *a priori*, mas sim como resultado de uma intenção já, antecipadamente, estabelecida.

2.3 Intertextualidade explícita

A intertextualidade explícita, conforme as autoras, caracteriza-se pela possibilidade que se tem de resgatar o intertexto pela menção feita a este em um segundo texto. Isto é, “a intertextualidade explícita ocorre quando há citação da fonte do intertexto” (KOCH; ELIAS, 2008, p. 87). A partir disso, podemos depreender que o autor do segundo texto delega claramente a autoria do intertexto a outro enunciador, seja esse outro uma voz particular ou coletiva. Vale enfatizar que a necessidade de se fazer uso do discurso alheio com explicitude sempre encerra um objetivo, podendo ser, por exemplo, a necessidade de um enunciador validar sua voz por meio do discurso citado, como acontece com frequência nos textos científicos, nos quais se pode usar a intertextualidade explícita com o objetivo de convencer o leitor a partir de um argumento de autoridade.

2.4 Intertextualidade implícita

Como visto até agora, o processo de intertextualidade é constitutivo do sentido do texto por ser decorrente de uma intencionalidade, de modo que carrega em si mais do que recursos linguísticos. Isso também se aplica à intertextualidade implícita, que se caracteriza pela presença de um intertexto, mas sem mencioná-lo explicitamente, conforme Koch e Elias (2008, p. 92), que afirmam que esse tipo de intertextualidade “ocorre sem citação expressa da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la na memória para construir o sentido do texto [...]”.

Usar um intertexto de forma implícita pode implicar, dentro de uma situação comunicativa, diferentes propósitos. É comum encontrarmos esse tipo de intertextualidade com o propósito argumentativo, de modo que, mesmo sem citar a fonte, fica subtendida a

intenção de convencer o interlocutor a aceitar determinada ideia. Essa argumentação pode ocorrer num sentido de captação ou de subversão.

O autor do segundo texto pode considerar desnecessária a explicitude do intertexto por acreditar que o seu leitor/ouvinte tenha conhecimento dele, ou seja, direciona seu discurso a partir da imagem que faz do seu interlocutor enquanto possível detentor de um conhecimento compartilhado. Enfatizamos que, para a devida construção dos sentidos, é necessário que o interlocutor resgate o intertexto para identificar os propósitos do locutor.

Ao longo dessa revisão teórica, foi possível verificar que o autor, ao recorrer a um intertexto para dialogar com seu texto, já tem *a priori* uma imagem de seu leitor/ouvinte, bem como objetivos previamente determinados para o uso do intertexto. A intertextualidade surge, portanto, dentro de uma situação comunicativa na qual o locutor busca por meio desse mecanismo construir determinados efeitos de sentidos, dentre eles, a argumentação. É comum encontrarmos no artigo de opinião, por exemplo, a presença de intertextos que contribuem para a construção argumentativa desse gênero. É nessa abordagem de intertextualidade enquanto propósito comunicativo de argumentação que se dará a seguir a análise dos artigos selecionados como *corpus* deste trabalho.

3 O gênero artigo de opinião

Segundo Rodrigues (2005), no artigo de opinião, a interação entre autor/leitor não acontece no mesmo espaço físico e temporal. Além disso, o meio de circulação, que é a esfera jornalística, acaba por atribuir um valor ideológico ao texto. Desse modo, entre o processo da produção e da interpretação, os textos na comunicação jornalística sofrem a valoração desse campo midiático. Esse acento de valor se manifesta pela evidência dada aos fatos, acontecimentos, saberes que são selecionados para fazer parte do universo temático dessa esfera, e até mesmo pela própria escolha dos artigos a serem publicados e diagramação dada ao texto.

É importante também ressaltar a característica de brevidade que tem o artigo de opinião, pois assim como os outros gêneros do campo midiático, sua temporalidade se limita ao período de circulação do suporte no qual está inserido, geralmente, um dia, uma semana, um mês, conforme o período de circulação do jornal no qual foi publicado. O texto de opinião é divulgado em um espaço destinado a textos opinativos, geralmente já definidos em seu suporte textual, e isso, em si, já traz muitas informações sobre esse gênero.

O artigo de opinião se situa entre os gêneros que historicamente têm seu horizonte temático e axiológico orientado para a manifestação da expressão valorativa a respeito de acontecimentos sociais que são notícia jornalística. É um gênero onde os participantes da interação reconhecem e assumem esse trabalho avaliativo do autor (RODRIGUES, 2005, p. 170).

O processo de intertextualidade é parte constitutiva e constituinte do artigo de opinião. Esse movimento dialógico se constrói a partir de um distanciamento que visa desautorizar um determinado ponto de vista, ou por assimilação do texto do outro, que visa utilizá-lo como forma de validar a fala do autor do artigo. A autora citada fala do enquadramento do discurso alheio, dizendo que as diferentes estratégias de enquadramento de um texto em outro produzem diferentes efeitos de sentido por meio de estratégias que articulam os movimentos dialógicos de assimilação e distanciamento, construindo o horizonte axiológico do artigo diante dos demais enunciados já-ditos. Sendo assim, é por meio dessas estratégias que o autor reformula o texto do outro, incorporando-o no seu, construindo o processo argumentativo de seu texto.

Nesse processo de construção argumentativa a partir da intertextualidade, consideramos também o texto não verbal. Podemos ter uma intertextualidade entre uma imagem e um texto verbal, por exemplo. De modo que a intertextualidade imagética é usada com frequência em alguns gêneros como recurso argumentativo. Sobre isso, Courtine (2006, *apud* MOZDZENSKI, 2009) afirma que a análise de imagens não deve ser vista como uma técnica isolada das condições de produção, circulação e consumo, mas que deve ser considerada a partir de um dialogismo imagético, haja vista que as imagens são atravessadas por uma interinconicidade, ou seja, do mesmo modo em que os textos verbais se relacionam dialogicamente, os textos não verbais também se relacionam intertextualmente. Ressaltamos que é objetivo deste trabalho analisar a importância da intertextualidade *stricto sensu* na construção argumentativa do artigo de opinião.

4 A intertextualidade como argumento de autoridade

Um tipo de intertextualidade muito comum nos artigos de opinião é a intertextualidade temática. Isso ocorre, por exemplo, quando algum fato polêmico torna-se centro das atenções no campo midiático e várias pessoas passam a dissertar sobre aquele mesmo assunto, buscando defender um ponto de vista. Entretanto, vale ressaltar que vários outros tipos de intertextualidade são utilizados simultaneamente à intertextualidade temática, a fim de garantir o processo argumentativo comum a esse gênero.

Analisaremos dois artigos de opinião que tratam da *polêmica*² que um livro didático aprovado pelo MEC causou no campo midiático, resultando em diversos artigos de opinião que se colocaram contra ou a favor da proposta desse livro, intitulado “Por uma vida melhor”. Tal fato denota a característica que tem esse gênero de surgir a partir de outros textos. O fragmento do artigo de Lya Luft, “**Chancela para a ignorância**” (**texto I**), apresentado na sequência, revela essa capacidade dialógica e argumentativa que a linguagem tem de se constituir por meio da presença de várias vozes conflitantes materializadas em um mesmo texto.

Texto II

Chancela para a ignorância

“Esse título me foi dado por Alexandre Garcia, no programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo: ele certamente não se importará com esse pequeno “furto” de seu talento. Referia-se ao tema que, mais do que me preocupar, me causa escândalo e assombro.” Um livro didático aprovado pelo Ministério da Educação e incluído entre os livros comprados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que consagra muitas obras didáticas no país, promove o não ensino da língua-padrão, que todos os brasileiros, dos mais simples aos mais sofisticados, têm direito de conhecer e usar. O livro e a ideia que o fundamenta começam a merecer críticas de entidades como a Academia Brasileira de Letras e de centenas de estudiosos. Eu o vejo como o coroamento do descaso, da omissão, da ignorância quanto à língua e de algum laivo ideológico torto, que não consigo entender bem. Pois uma das ideias seria não submeter os alunos menos informados - isto é, os que devem aprender, como todos nós - a nenhum “preconceito” porque falam e escrevem errado. portanto, nada de ensinar nada a ninguém, ou ele se sentirá humilhado em vez de estimulado a melhorar. o mais indicado seria poupar dinheiro e fechar as escolas. Se devemos permanecer como somos, a escola será supérflua. Essa minha dedução não é maldosa nem ficcional: é apenas natural. (LUFT, Lya. Chancela para a ignorância. **Veja**. nº 21, p.26, 25 maio. 20116).

Nesse exemplo, observe-se que o título do artigo, “Chancela para a ignorância” é o primeiro recurso intertextual usado com o propósito argumentativo pela autora, pois ao incorporar ao seu texto a fala do comentarista Alexandre Garcia, jornalista de grande credibilidade, ela busca, antecipadamente, validar o ponto de vista que vai expor ao longo do texto. Essa incorporação se dá a partir de uma **intertextualidade explícita**, haja vista que a fonte do intertexto é citada. Mas a apropriação dessa fala como título do artigo, além de revelar uma intertextualidade explícita, também se caracteriza por ser uma **intertextualidade**

² Essa polêmica é resultado da análise superficial do livro didático em questão, pois as críticas foram pautadas em algumas frases, como: “Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados”. Os autores do livro afirmam que frases como essa apesar de não obedecerem à norma padrão são tidas como aceitas em determinadas situações. Eles foram acusados de estarem ensinando os alunos a falarem errado. As críticas contra o livro se fortaleceram na mídia pelo fato de ter havido uma supervalorização de depoimentos de pessoas que não são experientes no assunto, enquanto que os linguistas foram pouco ouvidos e mal interpretados.

temática, uma vez que o artigo abordará o mesmo assunto tratado por Alexandre Garcia, conforme podemos observar na transcrição de sua fala abaixo enunciada no programa jornalístico “Bom Dia Brasil”.

Texto III

“Renata quando eu estava no primeiro ano do escolar e a gente falava errado, a professora nos corrigia porque ela estava nos preparando para vencer na vida. É notório que o conhecimento liberta, forma eleitores e contribuintes conscientes, gente que cresce para o país crescer, é notório que o conhecimento vem pela educação, na escola, em casa, no emprego, e também é obvio que a raiz de tudo esta na capacidade de se comunicar, linguagem escrita, que transmite, divulga o conhecimento, o pensamento, diferencia o animal homem, dos outros animais, a educação LIBERTA, torna a vida melhor porque nos livra da ignorância que é essa condenação a uma vida difícil; quem for nivelado por baixo, terá a vida nivelada por baixo. Pois ironicamente esse livro se chama “Por uma vida melhor”, se fosse apenas uma polêmica lingüística tudo bem, mas faz parte do currículo de quase meio milhão de alunos! E é abonado pelo ministério da educação, na moda do politicamente correto, defende o endosso a falar errado para evitar um preconceito lingüístico; olhem, ainda hoje todos vimos o chefe do FMI algemado, aqui no Brasil ele não seria algemado, porque não ofereceria risco a sua custódia, aqui no Brasil algemas constroem o detido, aqui no Brasil alunos analfabetos passam automaticamente de ano para não serem constroem, aboliu-se o mérito, e agora se aprova a frase errada para não constroem. A Coréia saiu da terra arrasada por duas guerras em apenas duas ou três décadas de educação rígida, a China que há poucos anos estava atrás do Brasil, sabe para onde quer ir, está indo a razão de 10% no ano do PIB, com educação rígida e tradicional, competitiva e premiando o mérito. Por aqui com a chancela para ignorância que felicita, estamos apontando para o sentido contrario”. (Alexandre Garcia - Bom dia Brasil)

Assim, entendemos que em um mesmo texto pode haver mais de um tipo de intertextualidade. Percebe-se também que o intertexto é utilizado em um processo de captação em que o enunciador de um determinado ponto de vista (Lya Luft) se apoia nesse intertexto como forma de convencer o leitor e, para isso, recorre ao texto de um enunciador de prestígio social (Alexandre Garcia), atitude que converge com a fala de Rodrigues (2005), segundo a qual a concepção de autoria desse gênero está relacionada à ideia de destaque social, em função, geralmente, de uma notoriedade política ou profissional. Ou seja, a imagem que o público faz do autor do artigo se manifesta ideologicamente no texto. Essa escolha feita pela articulista pode contribuir para a formação de sua própria imagem diante do público. A seleção do intertexto acontece em função de um propósito argumentativo já definido, pois, conforme já enfatizado, a intertextualidade *stricto sensu* não se resume apenas à materialização de um texto em outro, mas esta, sim, é o resultado de uma escolha consciente que pretende atingir determinados efeitos de sentido. A articulista, ao citar a fala de Alexandre Garcia, tem como propósito comunicativo convencer o público leitor de sua opinião de que o livro didático não é adequado para o ensino. Entretanto, o autor do discurso

citado (Alexandre Garcia) não é uma autoridade no assunto, haja vista que socialmente ele não é reconhecido como linguista, alguém que tem autoridade para falar sobre questões linguísticas, como essa. O seu prestígio não é pelo fato de ser uma autoridade reconhecida na área de linguística, mas pela posição social que construiu como jornalista.

4.1 A intertextualidade relacionando o verbal e o não-verbal na construção argumentativa do artigo de opinião

Seguindo o propósito argumentativo do artigo de opinião ora analisado, pode-se ver uma manifestação de **intertextualidade implícita** também na ilustração do texto feita pela revista, que recorre à imagem da Constituição Brasileira na figura 01 exposta na sequência abaixo. É necessário explicitar que esse intertexto não é uma escolha de Lya Luft, mas sim de um enunciador autorizado pela revista Veja, que é o ilustrador. Desse modo, verifica-se que, além do articulista, outros enunciadores autorizados pela esfera e suporte textual no qual circula o texto também contribuem para a construção argumentativa do artigo de opinião.



Figura 01: Constituição Brasileira.
Fonte: Revista Veja. nº 21, 25 maio. 2011

Note-se que, nessa ilustração, a forma espelhada como algumas letras foram dispostas e a ortografia incorreta de algumas palavras leva o leitor a associar a proposta do livro didático a uma desordem e erro no ensino de Língua Portuguesa. A expressão “ORDEM E PROGRESSO” sofreu um processo de subversão de forma e conteúdo, na qual, implicitamente, existe a argumentação de que o livro didático não é uma boa opção para o ensino de língua materna no Brasil. Para colocar em ação um propósito argumentativo, na ilustração do texto de Lya Luft é usada a imagem não de qualquer livro, mas daquele que se constitui como documento máximo de uma nação democrática (a constituição), mostrando que a adoção do livro didático em questão é uma violação dos direitos dos alunos brasileiros que devem ter acesso à norma padrão na escola.

Essa escolha do intertexto mais uma vez confirma a força argumentativa da intertextualidade. Entretanto, deve-se atentar para o fato de que a imagem utilizada é um recurso usado pela revista *Veja*, veículo de comunicação onde está inserido o texto da articulista, isso confirma a ideia de Rodrigues (2005), quando diz que a esfera jornalística impõe um acento de valor a esse gênero ao divulgá-lo. Desse modo, a ideologia presente no artigo de opinião é resultante de valores relacionados não apenas ao autor do texto, mas a toda a esfera comunicativa da qual ele faz parte. A materialização do intertexto fornece pistas para que o leitor seja capaz de identificar além do que está escrito, ou seja, também os aspectos ideológicos.

Podemos caracterizar essa intertextualidade como implícita pelo fato de não ter havido uma informação direta sobre a fonte do intertexto, mas o leitor é capaz de recuperar a autoria dessa fonte pelo conhecimento de mundo, recorrendo a ele a fim de manter uma relação de coerência entre os dois textos. Caso o leitor não consiga ativar esse conhecimento, pode ter a compreensão do texto prejudicada.

Nesse caso, exige-se do interlocutor uma busca na memória para a identificação do intertexto e dos objetivos do produtor do texto ao inseri-lo no seu discurso. Quando isso não acontece, grande parte ou mesmo toda a construção do sentido fica prejudicada (KOCH; ELIAS, 2008, p. 92).

4.2 A desconstrução do discurso do outro com âncora na intertextualidade

No mesmo texto, também é feito uso da **intertextualidade estilística e implícita** por meio de algumas frases contidas no livro didático que causaram a polêmica, tal como "Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado". Em um processo de imitação da forma, Lya Luft cria outras expressões semelhantes: "**Os homens espera**", "**nós achemo**", "**as mulheres precisa**". (Ou "**percisa**" seria melhor?). Afirmamos que também existe uma intertextualidade implícita, pois a autora não cita as frases no texto, dado ao entendimento de que os leitores interessados em seu artigo as conhecem.

Podemos perceber que, embora seja um processo de captação a nível formal, por meio desse recurso, materializa-se a argumentação de que se adotado o livro didático em questão, estruturas como essas serão naturalizadas pelos alunos como sendo certas, e assim a norma padrão que deve ser ensinada na escola será excluída, ou seja, embora exista uma semelhança estilística, o intertexto serve como argumento contrário ao ponto de vista defendido no segundo texto. A autora finaliza a construção de seu argumento por meio de

uma ironia da expressão “as mulheres precisa”, expressão que ela mesma construiu num processo de imitação da fala que critica. Para a formulação da ironia, ela questiona: “ou precisa seria melhor?”. Seu questionamento pode ser tomado como recurso argumentativo por meio do qual tenta convencer o leitor de que a adoção do livro implica um descaso total à língua padrão. É necessário que, a partir do conhecimento do intertexto e em interação com o texto, o leitor siga o percurso argumentativo traçado pelo autor a fim de construir o sentido do texto.

Além do conhecimento do texto-fonte, necessário se faz também considerar que a retomada de texto(s) em outro(s) texto(s) propicia a construção de novos sentidos, uma vez que são inseridos em uma outra situação de comunicação com outras configurações e objetivos (KOCH; ELIAS, 2008, p. 85).

Em suma, podemos dizer que a intertextualidade tem grande importância na construção argumentativa de um texto, pois o autor recorre a vários outros textos fazendo uso, ao mesmo tempo, de diferentes tipos de intertextualidade para defender seu ponto de vista, construindo argumentos que se fundamentam na aceitação ou subversão do intertexto. A progressão do texto argumentativo vai sendo construída a partir da voz de um locutor que se mostra contra ou a favor de determinada ideia, e que, para validar sua opinião, constrói seus argumentos recorrendo a outros textos que contribuem para garantir a validade do seu ponto de vista. Pode-se dizer que a intertextualidade é um aspecto inerente ao uso da língua. Como ressaltam Koch e Elias (2008):

A intertextualidade é elemento constituinte e constitutivo do processo de escrita/leitura e compreende as diversas maneiras pelas quais a produção /recepção de um dado texto depende de conhecimentos de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos (KOCH; ELIAS, 2008, p. 86.).

No fragmento do texto IV, tem-se uma argumentação contrária ao ponto de vista defendido no texto II. Enquanto neste, Marcos Bagno coloca-se a favor da proposta do livro didático, naquele, a autora é contra. O autor do texto IV considera que a polêmica em torno do livro didático “Por uma vida melhor” é resultado de uma distorção de sentido do que foi dito no livro e pela autora dele ao comentar o seu conteúdo. Para defender essa ideia, cita Darwin, mostrando que a fala deste também foi distorcida, assim como a da autora do livro didático.

Texto IV

Polêmica ou ignorância?

“Darwin nunca disse em nenhum lugar de seus escritos que “o homem vem do macaco”. Ele disse, assim, que humanos e demais primatas deviam ter se originado de um ancestral comum. Mas essa visão mais sofisticada não interessava ao fundamentalismo religioso que precisava de um lema distorcido como “o homem vem do macaco” para empreender sua campanha obscurantista, que permanece em volga até hoje (inclusive no discurso da candidata azul disfarçada de verde à presidência da república no ano passado). Da mesma forma nenhum linguista sério, brasileiro ou estrangeiro, jamais disse ou escreveu que os estudantes usuários de variedades linguísticas mais distantes da norma urbana de prestígio deveriam permanecer ali, fechados em sua comunidade, em sua cultura e em sua língua”. (Disponível em: [www.dignow.org/.../o-livro didático-e-a-ignorância-jornalística-2142978-10536.html](http://www.dignow.org/.../o-livro-didatico-e-a-ignorancia-jornalistica-2142978-10536.html)).

Nessa analogia intertextual entre a distorção da fala de Darwin e a distorção da proposta do livro didático, percebe-se uma intertextualidade explícita que insere a fala de Darwin no texto de Bagno, ao mesmo tempo em que se tem uma intertextualidade temática entre os artigos de Bagno e de Lya Luft. A argumentação do autor busca construir a ideia de que, assim como a fala de Darwin, os autores também foram vítimas de interpretações que acrescentaram ao seu texto aquilo que não disseram, e tenta justificar essas distorções de ideias como decorrentes de fatores ideológicos.

O modo como se diz alguma coisa faz parte da argumentação utilizada para validar determinadas ideias. A intertextualidade no artigo de opinião cumpre esse papel de construir argumentos. Vozes são colocadas em cena, de modo que algumas são contraditadas, outras confirmadas como verdadeiras e consideradas como inquestionáveis, servindo como reforço argumentativo para o autor que se utiliza delas, ou ainda esses textos podem apenas serem tomados como exemplificação de algum fato que favorece a comprovação do que está sendo defendido pelo autor, ou seja, os intertextos argumentam a favor do texto em construção. Fiorin (2006, p. 26) diz: “O conceito de intertextualidade concerne ao processo de construção, reprodução ou de transformação do sentido”. Diante disso, pode-se depreender o quanto o sentido de um texto é submisso aos intertextos que o atravessam dialogicamente.

O autor do fragmento do texto IV conclui seu pensamento com uma intertextualidade explícita na qual cita um questionamento feito por Carlos Monforte, que possui opinião contrária à sua, e para argumentar contra o pensamento do jornalista de que na escola o aluno deve ter contato apenas com a norma padrão, Bagno usa “intertextualmente” a própria fala do jornalista **“Como é que fica então as concordâncias?”**, reformulando-a de acordo com a norma padrão. **“Ora, Sr. Monforte, eu lhe devolvo a pergunta: E as concordâncias, como é que ficam, então?”** Ele deixa implícito que nem mesmo aqueles que julgam dominar a

norma culta a empregam “corretamente”. O autor do artigo usa uma intertextualidade explícita (a fala criticada), constrói o seu argumento num processo de subversão, usando praticamente as mesmas palavras do intertexto.

5 Considerações finais

Podemos verificar nos artigos analisados uma relação entre intertextualidade e argumentação, de modo que a argumentação é construída num processo de aceitação ou refutação da fala do outro. Utilizando a intertextualidade *stricto sensu*, o autor materializa em seu texto outras falas, por meio das quais realiza seu intuito argumentativo. A intertextualidade é, portanto, um recurso linguístico de grande importância na construção do texto. Foi possível constatar também que o artigo de opinião é intensamente permeado de outras vozes, além da voz do autor, apontando a necessidade de se considerar essa relação dialógica no processo de produção e recepção do texto.

Como recurso linguístico, a intertextualidade é usada numa perspectiva funcional, a partir da qual se busca realizar determinados propósitos comunicativos do autor. O texto geralmente é intertextualmente misto, pois, como vimos, é possível que um texto ou enunciado seja atravessado por diferentes tipos de intertextualidade. Isso vai depender da intencionalidade do autor e de suas respectivas escolhas. Relacionada à escolha do intertexto podem estar associados aspectos ideológicos inerentes à esfera comunicativa na qual o texto está inserido, como é o caso do artigo de opinião que, por fazer parte da esfera jornalística, acaba por assimilar, no seu processo argumentativo, ideologias próprias dessa esfera.

Referências

BAGNO, M. **Polêmica do livro didático**. Disponível em: <<http://www.dignow.org/.../o-livro-didatico-e-a-ignorancia-jornalistica-2142978-10536.html>>. Acesso em maio de 2011.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. São Paulo: Pontes, 1987.

FIORIN, J. L. In: **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

KOCH, I, V; BENTES, A, C; CAVALCANTE, M, M. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, I, V; ELIAS, V, M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUFT, L. Chancela para a ignorância. **Veja**. Ed. Abril, n. 21, 25 de maio de 2011.

MOZDZENSKI, L. A intertextualidade no videoclipe: uma abordagem discursiva e imagético-cognitiva. **Revista Contemporânea**, v.7, nº 2, p. 2-33, dez/2009.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros dos discursos na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L; BONINI, Adair; MOTTA ROTH. D. (Org.). **Gêneros**: teorias, métodos e debates. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 153-183.

Data de recebimento: 23 de março de 2013.

Data de aceite: 12 de julho de 2013.